

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **IGOR** CARMO DA SILVA

Política de Controle de Armas:
consequências para a geopolítica nacional no século XXI



Rio de Janeiro
2024

Maj Inf **IGOR CARMO DA SILVA**

Política de Controle de Armas:
consequências para a geopolítica nacional no século XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Maj Inf **MATEUS LOPES DE PAIVA**

Rio de Janeiro

2024

S586p

Silva, Igor Carmo da

Política de Controle de Armas : consequências para a geopolítica nacional no século XXI. / Igor Carmo da Silva. - 2024.

41 f. il. 30 cm.

Orientador : Mateus Lopes de Paiva

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2024.

Bibliografia: f. 38 - 42.

1. Geopolítica. 2. Armamento. 3. Indústria Nacional. 4. Segurança Nacional. 5. Soberania. I Título

CDD 320.12

Maj Inf **IGOR CARMO DA SILVA**

Política de Controle de Armas:

consequências para a soberania nacional no século XXI

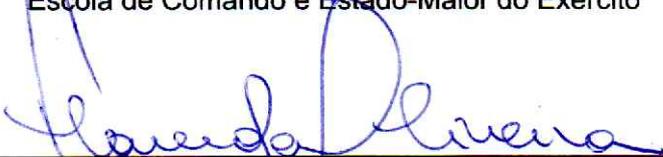
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em 4 de outubro de 2024.

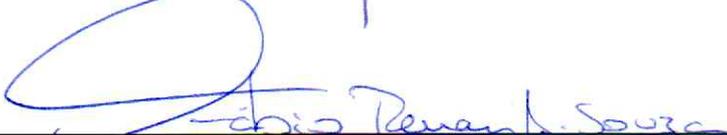
COMISSÃO AVALIADORA



Maj Inf **MATEUS LOPES DE PAIVA** – Orientador
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



TC Inf **FLÁVIO LACERDA DE OLIVEIRA** – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército



Maj Inf **FÁBIO RENAN AZEVEDO DE SOUZA** – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Vanessa e ao meu filho
Bento. Uma sincera homenagem pela
compreensão e paciência demonstrados
durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Aos Coronéis do CPAEx e aos demais Majores do grupo de pesquisa Armamento e BID que por meio de segura orientação do Major Henrique compuseram um grupo de cooperação e profícuo aprendizado.

Aos demais camarada alunos do CCEM e CDEM que criaram um ambiente favorável ao aprendizado e que também, com suas experiências e conhecimentos, facilitaram a presente pesquisa; em especial ao Maj Nascimento, engenheiro militar, ao Maj Paiva, meu orientador; pelo suporte específico e preciso.

Aos meus pais, com destaque para minha mãe Telma Carmo, meu reconhecimento pela educação proporcionada durante toda a minha vida, que foi fundamental na realização deste trabalho, assim como na semente por ela plantada que germinou numa busca constante pelo conhecimento.

“Nossa maior glória não é nunca cair, mas levantar-se
após cada queda.” (Confúcio)

“Boas intenções sozinhas não garantirão a paz.”
(Alfred Nobel)

“Lutai contra o conservantismo, tornando-vos
permeáveis às idéias novas, a fim de que possais
escapar à cristalização, ao formalismo e à rotina.”
(Marechal Castello Branco)

RESUMO

Neste início de século, a instabilidade global afeta o equilíbrio regional do entorno estratégico brasileiro, contribuindo para um maior investimento em armamento pelos diversos atores no concerto internacional. A Política de Controle de Armas dificulta o acesso às armas de fogo aos cidadãos comuns e afeta, também, a capacidade da indústria bélica nacional por restringir o mercado interno. A soberania nacional representa a capacidade do Estado exercer sua própria gestão dos recursos da nação sem sofrer constrangimentos no âmbito das Relações Internacionais, sendo aceitável o emprego da força nas situações quando não seja possível outra solução. O paulatino avanço das Políticas de Controle de Armas afetou o mercado interno e conseqüentemente a indústria bélica nacional. A redução da capacidade da indústria bélica nacional reduz a capacidade de geração e sustentação de força em situações de crise. Nesse cenário, as Políticas de Controle de Armas possuem raízes profundas na formação e evolução histórica brasileira, tendo, no final do século XX e início do XXI, sua positivação mais contundente pelas Leis 9.437/97 e 10.826/03 que geram efeitos até os dias atuais. Enquanto a maioria dos estudos em âmbito nacional correlacionam a facilidade de acesso às armas de fogo ao nível de violência urbana, há também as perspectivas contrárias no âmbito da segurança pública. Sob outro prisma, esta tese se propõe a investigar os efeitos das restrições de acesso ordem legal na capacidade industrial bélica necessária a defesa nacional, tema relativamente menos explorado. Portanto, o problema proposto foi assim sintetizado: em que medida as políticas de controle de armamentos afetam a projeção geopolítica nacional? Para tanto, foi conduzida uma pesquisa mista, com a combinação de análise estatística do controle sintético, e da análise qualitativa. A investigação oferece um modelo teórico para interpretar a relação entre três variáveis: (i) as políticas públicas de controle de armas, (ii) a capacidade de produção industrial nacional de armamentos portáteis e de porte e (iii) a instabilidade do cenário geopolítico global e regional; sob a possibilidade de necessidade de produção de armamento em caso de guerra ou grande crise global. Os resultados podem contribuir para um melhor direcionamento das estratégias da defesa para garantir uma capacidade de produção industrial bélica nacional mínima aceitável à manutenção da soberania e dos interesses nacionais frente aos desafios impostos pelas políticas nacionais.

Palavras-chave: geopolítica; armamento; indústria nacional; segurança nacional, soberania.

ABSTRACT/RESUMEN

At the beginning of this century, global instability affects the regional balance of the Brazilian strategic region, contributing to greater investment in weapons by the various actors in the international concert. The Weapon Control Policy makes access to firearms difficult for ordinary citizens and affects the capacity of the national weapons industry by restricting the domestic market. National sovereignty represents the State's ability to manage of the nation's resources without suffering constraints within the scope of International Relations, therefore use hard power could be acceptable in situations where no other solution is possible. The gradual development of Weapons Control Policies affected the domestic market and consequently the national weapons industry. Less capacity of the national weapons industry reduces the capacity to generate and sustain force in crisis situations. Regarding this scenario, Weapon Control Policies have deep roots in the formation and historical evolution of Brazil, besides this cultural environment, in the end of the 20th and the beginning of the 21st century the Laws 9,437/97 and 10,826/03 generate effects until the present day. While most national studies correlate as much easy of access to firearms as higher the level of urban violence, there are also few opposite perspectives in the context of public security studies. From another perspective, this thesis proposes to investigate the effects of restrictions on access to legal order on the military industrial capacity required for national defense, less exploited topic in Brazilian debate. Therefore, the proposed problem was summarized as follows: to what extent do weapons control policies affect national geopolitical projection? For this purpose, mixed research were carried out, with a combination of statistical analysis of synthetic control and qualitative analysis. The investigation offers a theoretical model to interpret the relationship between three variables: (i) public weapons control policies, (ii) the national industrial production capacity of portable weapons and (iii) the instability of the regional and global geopolitical scenario; regarding of probability of produce weapons in case of war or major global crisis. As a result of present research new defense strategies to maintain a minimum acceptable national military industrial production capacity to ensure national sovereignty and interests to face all challenges imposed by national weapon control policies.

Keywords: geopolitics; weapon; National industry; National security; sovereignty

LISTA DE FIGURAS, QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1	Produto interno Bruto 2023 por países	27
Gráfico 2	PIB 2023 por países até a 1 Trilhão de dólares	28
Gráfico 3	Orçamento em Defesa em 2023	28
Gráfico 4	As 100 maiores empresas de defesa por países 2023	29
Gráfico 5	Brasil: Transações comerciais de armas de pequenas, leves, brancas e munições, incluindo componentes e acessórios (1989-2020, valores ajustados)	31
Gráfico 6	Transações comerciais convencionais globais de armas (1981-2020)	32
Gráfico 7	Exportações e Importações de Armas de fogo pelo Brasil ..	32
Quadro 1	Desenho da Pesquisa	24
Tabela 1	Legislações e políticas públicas orientadas para a Defesa com influência direta na BID	20

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	PROBLEMA E OBJETIVOS	9
1.2	DELIMITAÇÃO E QUESTÕES DE ESTUDO	11
1.3	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL	18
2.1	CENÁRIO GEOPOLÍTICO	19
2.2	SOBERANIA NACIONAL E A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA	20
2.3	POLÍTICAS DE CONTROLE DE ARMAS	21
3	METODOLOGIA	22
3.1	DESENHO DA PESQUISA	24
3.2	DADOS	28
3.2.1	Coleta de Dados	28
3.2.2	Tratamento dos Dados	29
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
4.1	INFERÊNCIAS SOBRE O CENÁRIO GEOPOLÍTICO	30
4.2	EVOLUÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)	33
4.3	POLÍTICAS DE CONTROLE DE ARMAS	35
4.4	IMPLICAÇÕES PARA A PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA NACIONAL	37
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

O controle sobre armamentos no Brasil reflete a histórica relação entre o poder político e o povo, desde os tempos coloniais, perpassando o império e todo o período republicano. Essa temática ganhou grande repercussão no debate político das últimas décadas, majoritariamente sob a perspectiva da segurança pública. Nesse escopo, essa complexa questão social, sobre a temática do direito a posse de armamentos por cidadãos comuns, é negligenciada pela ótica da Defesa Nacional¹, reduzindo o debate, apenas, a divisão de opiniões políticas entre dois espectros principais, na dicotomia entre direito individual de autodefesa e a narrativa do interesse “coletivo” da proibição. Assim, a positivação de leis e normas que regulamentam essa pauta definem a gestão do Estado desse assunto e afetam outras áreas, em especial a Defesa (Brasil, 2020).

A regulamentação das armas de fogo no Brasil é regida pela Lei nº 10.826/2003. Recentemente, o Governo Federal estabeleceu novas e mais rigorosas determinações para o acesso às armas de fogo por meio do Decreto nº 11.366/23. Essas políticas de segurança pública relacionadas ao porte de armas demandam uma abordagem equilibrada, considerando tanto os direitos individuais quanto a proteção da sociedade (Brasil, 2003).

Além disso, o controle afeta diretamente o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) desde seu início até os dias atuais. Segundo Andrade, a BID data da segunda metade do século XVIII, ainda no período colonial português, com o estabelecimento da Casa do Trem de Artilharia no Rio de Janeiro e, posteriormente, Casa do Trem. Seu objetivo era reparar e fundir material bélico na região do Cone Sul, período em que também foi fundado o Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro (Andrade *et al.*, 2016).

Segundo Amarante (2004), a insipiente BID do período colonial e imperial instalada no território brasileiro teve seu primeiro ciclo industrial militar nos anos

¹ Defesa Nacional: o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (PND).

de 1930 com o presidente Getúlio Vargas. Nesse período, conjunturalmente situado no entre guerras, o Exército Brasileiro atuou na instalação de diversas fábricas como: i) a Fábrica de Itajubá (1933), para a fabricação de armamento leve; ii) a Fábrica de Material de Comunicações (1939); produzindo telefones, rádios e outros materiais de comunicações; e iii) a Fábrica do Andaraí (1932), produzindo morteiros e granadas de artilharia; entre outras, além da Forja Taurus², surgida em 1939, na cidade de Porto Alegre, com produção de armas curtas, da iniciativa privada. A ausência do domínio da tecnologia siderúrgica nacional à época não permitia a produção de armamentos pesados em território nacional (Amarante, 2004).

Ainda segundo o autor, da segunda metade década de 1940, após a Segunda Guerra Mundial (2ª GM), até o término do século passado, a Indústria de Defesa atravessou um ciclo de pesquisa e desenvolvimento. Esse ciclo atingiu seu ápice nas décadas de 70 e 80 e teve seu apogeu nos anos 90, reflexo da mudança conjuntural internacional proporcionada pela dissolução da União Soviética. Na última década do século XX, o cenário geopolítico global testemunhou a *Pax Americana* que alavancou o avanço dos processos globalizantes do capitalismo e um declínio, de forma geral, nos gastos com defesa. Esse quadro global refletiu no Brasil e foi agravado também pela conjuntura nacional desfavorável aos gastos em defesa, reduzindo enormemente o investimento nos centros de pesquisa e desenvolvimentos internos (Amarante, 2004).

Nesse escopo, o desmantelamento da BID ocorrido na década de 90 foi agravado por fatores econômicos, políticos e psicossociais internos (Amarante, 2004). Primeiramente, assim como outros setores da economia, a abertura comercial ocorrida no período também afetou negativamente a BID, reflexo da falta de eficiência por operar no mercado relativamente fechado. Além disso, entre as principais legislações normativas relacionadas ao tema foi promulgada a Lei 9.437/97, que instituiu o Sistema Nacional de Armas, e posteriormente no século XXI a Lei 10.826 de 2003 (Brasil, 2003).

No âmbito psicossocial, a percepção de que o comércio de armas e munições contribuía para a crescente violência experimentada nos grandes centros urbanos nas décadas de 80 e 90, com destaque para a cidade do Rio de

² Para maiores informações, consultar a página da Taurus. Disponível em: <<https://taurusarmas.com.br/pt/institucional/sobre-nos>>. Acesso em 24 abr. 2024.

Janeiro, unificou os discursos políticos nessa temática. Essa conjuntura doméstica culminou com o Referendo realizado no ano de 2005, por meio do Decreto 780, onde 2 em cada 3 brasileiros votante, foram a favor da legalização do comércio de armas e munições, diferentemente do voto pelo “**sim**” que previa, como regra, a proibição do comércio de armas de fogo e munições (Brasil, 2003).

Embora a maioria das pesquisas nacionais no tema apresentam perspectiva do controle de armas sob o prisma da segurança pública, é importante considerar a perspectiva da Defesa Nacional e suas implicações geopolíticas. Nesse debate há linhas de pesquisa que associam o acesso às armas portáteis ao incremento a violência urbana (Cerqueira e Mello, 2012); outra que associa os problemas sociais a violência armada e seu conseqüente acesso as armas, desvinculando o acesso as armas diretamente com a violência (Levitt e Dubner, 2010); e há outra linha de pensadores que desacreditam essas teses anteriores, onde o acesso as armas reduz a violência urbana (Lott, 2013). Nesse contexto, a priorização dos estudos no âmbito legal e seus efeitos no campo psicossocial relegaram a segundo plano o entendimento dessa problemática pela ótica da Defesa Nacional e suas implicações geopolíticas.

Ainda nesse contexto, o acesso a armamento portátil pela população civil possui valor estratégico quanto a mobilização e treinamento em caso de necessidade para a garantia da soberania. Portanto, a posse de armamento por parte da população civil pode compor parte das expressões dos poderes nacionais, contribuindo para a capacidade de autodefesa de um país, materializado no caso histórico da Suíça, durante a 2ª GM (Halbrook, 2006).

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS

O desenvolvimento da BID possui correlação direta com as políticas públicas, seja de fomento, seja de controle das armas. Em consideração a essa premissa, o presente estudo busca esclarecer a relação entre as políticas de controle de acesso ao armamento portátil, por parte da população civil, e seus impactos diretos e indiretos na BID, usando como marco temporal o período de 2003 até os dias atuais.

Nessa fase, início do século XXI, a conjuntura internacional sofreu uma transição com diversos eventos, com destaque para o atentado terrorista aos EUA no 11 de setembro de 2001 e consequentes Guerras ao terror. A transição ocorrida entre a Pax Americana e o moderno reordenamento geopolítico global alterou o mercado mundial de armamentos, indicando um aquecimento brusco do mesmo. Essa mudança de contexto incrementou os gastos com defesa em todo o mundo, materializando novas oportunidades estratégicas para a Base Industrial de Defesa. Assim, a ausência de aprofundamento de estudos sobre essa temática desfavorece a indústria nacional em um mercado paradoxalmente globalizado e protegido como o de produtos de defesa.

Do exposto, o presente estudo pretende construir pontes entre as leis e regulamentos da área de controle de armamentos nacionais e indústria de defesa, e se propõe a responder o seguinte problema: **em que medida as políticas de controle de armas internas afetam a projeção geopolítica nacional?**

Com vistas à resolução de tal problemática, com fundamentação teórica e adequada profundidade de investigação, foi definido o seguinte objetivo geral: **analisar os impactos das políticas nacionais de controle de armas na projeção geopolítica nacional como potência regional.**

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram propostos os seguintes objetivos específicos, que permitirão o encadeamento lógico do raciocínio investigativo:

- a. descrever o cenário geopolítico regional nacional;
- b. descrever a BID;
- c. categorizar a produção do armamento nacional e delimitar armamento portátil para fins dessa pesquisa;
- d. descrever a evolução das Políticas de Controle de Armas nacionais do século XXI;
- e. identificar as consequências das Políticas nacionais na BID; e
- f. identificar os impactos das políticas domésticas na projeção geopolítica nacional.

1.2 DELIMITAÇÃO E QUESTÕES DE ESTUDO

Consoante com a evolução histórica da BID e do ordenamento jurídico normativo pátrio, a presente pesquisa encontra-se delimitada no período entre dezembro de 2003, tendo como marco a emissão da Lei nº 10.826/03, até dezembro de 2023, duas décadas após ser sancionada.

Outrossim, os impactos das normativas domésticas, referente ao comércio de armas e munições em solo pátrio não afeta a BID como um todo, assim como também, não influencia em outros mercados além do nacional. Sendo assim, a presente pesquisa foca nas empresas de produção de armamento e munição de uso pessoal, por sua correlação direta com a temática a ser investigada. Nesse mesmo sentido, as conclusões parciais, finais e produtos do presente trabalho apresentam apenas uma fatia do impacto geopolítico dessas normativas no âmbito da indústria de armamentos na categoria estipulada e analisada.

Nesse escopo, não será analisada a parte da indústria que não possui correlação direta com o assunto síntese do trabalho em tela, as Políticas de Controle de Armas. Além disso, as especificidades do mercado de armamentos e munições, como sua importância estratégica para a existência de alguns Estados, faz com que seu caráter geopolítico infira maior relevância frente a lógica mercadológica comum na era da globalização e da formação das cadeias globais de valor.

1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A baixa exploração do tema segundo a perspectiva da Defesa dificulta o estabelecimento de estratégias nacionais de exploração deste mercado de forma objetiva, salvaguardando os interesses nacionais em detrimento de posicionamentos cristalizados por ideologias ou falácias propagadas pelo senso comum. Assim, o presente estudo contribui para (i) o entendimento dos efeitos da influência estatal na BID, (ii) revelar a dificuldade de sustentar empresas de capital privado segundo as normativas jurídicas nacionais na produção de armas, e (iii) desenhar alternativas ou estratégias estatais para a viabilidade desses negócios, consoante a perspectiva da Defesa.

A capacidade industrial representa parte do Poder Nacional que pode ser mobilizado em caso de necessidade. O entendimento da sua extensão, suas possibilidades e as tendências presentes e futuras apoia o planejamento estratégico da Defesa. Assim, um gráfico das armas sobreposto a capacidade de produção industrial nacional com a posse dos cidadãos civis compõe um dado da capacidade de autodefesa da população em caso de necessidade (Halbrook, 2003).

O presente estudo se justifica, portanto, por promover uma pesquisa a respeito de um tema atual com implicações diretas na Defesa Nacional e indireta nos campos econômicos e psicossociais. Destarte, as dimensões continentais do Brasil, sua extensa população, a permeabilidade de suas fronteiras terrestres e litorais, além do baixo investimento em Forças Armadas posicionam a nação em situação *sui generis*, denotando a necessidade de conjugação de todos os elementos o poder nacional para a defesa da pátria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Denomina-se referencial teórico o capítulo do projeto que tem por objetivo apresentar os estudos sobre o tema, ou especificamente sobre o problema, já realizados por outros autores. Faz, portanto, uma revisão da literatura existente, no que concerne não só ao acervo de teorias e a suas críticas, como também a trabalhos realizados que as tomam como referência. Dessa forma, o autor do projeto e o leitor – cada um em seu tempo:- tomam conhecimento do que já existe sobre o assunto, ou seja, sobre o estado da arte, oferecendo contextualização e consistência à investigação. (Vergara, p. 34, 1998).

Nesse sentido, uma robusta fundamentação teórica constrói conhecimento científico, distanciando esta pesquisa das falácias que orbitam em torno da temática armamento e lacunas de conhecimento no caso da Defesa.

A presente pesquisa analisou o tema da seguinte forma: i) Cenário Geopolítico; ii) Soberania Nacional e a Base Industrial de Defesa (BID); e iii) As Políticas de Controle de Armas. Esses conceitos representam as bases para o desenvolvimento deste trabalho.

2.1 CENÁRIO GEOPOLÍTICO

A Escola Superior de Guerra (ESG) teve o propósito de aprofundar os estudos sobre as conjunturas nacional e internacional, por ocasião de sua fundação em 1949. Esse processo condiziu a formulação de uma doutrina própria, fundamentada no binômio Segurança e Desenvolvimento, que orientou políticas e estratégias nacionais. Assim, essa instituição materializou o pensamento de geopolíticos brasileiros antecessores no amadurecimento de conceitos como Estratégia Nacional, Logística e Mobilização, todos englobados pelo Poder Nacional (De Arruda, 1989).

Ademais, os pensadores geopolíticos brasileiros indicaram o potencial nacional para a projeção brasileira no cenário regional, conforme infere Mário Travassos, e global, na perspectiva de Meira Mattos. As características fisiográficas, culturais, industriais, científico e tecnológica conjugadas com o quadro social representavam o tamanho do desafio para a resposta humana pátria em superá-los. Dessa forma, a imensidão territorial nacional com caráter marítimo e continental projeta o Brasil para o seu entorno estratégico e sua vocação natural para a liderança regional com destaque global (Freitas, 2004).

Emoldurando os processos acima citados, de amadurecimento da doutrina de defesa nacional e evolução do pensamento geopolítico brasileiro, o mundo vivenciou distintos equilíbrios da balança de poder no século XX, com destaque para os momentos significativos de mudanças como a I Guerra Mundial (I GM), o período entre Guerras, a II Guerra Mundial (II GM), a Guerra Fria e a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Dessa forma a *Pax-brittanica*, o declínio da primazia europeia (multipolaridade de potências), ascensão de duas superpotências e a bipolaridade (Guerra Fria), dissolução da União da Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Pax americana representaram períodos quando a anarquia do sistema internacional alternou entre o equilíbrio instável e os conflitos. Segundo Mearshemeir, a ascensão chinesa, em especial a econômica e militar, incrementa a instabilidade do equilíbrio de poder vigente, representando um desafio em escala global para a manutenção da paz e da cooperação entre os países (Mearshemeir, 2014).

No século XXI, a instabilidade do cenário ampliou com os eventos terroristas do 11 de setembro. Diferentemente das previsões de Francis Fukuyama, onde o capitalismo e as democracias liberais seriam institutos suficientemente robustos para garantir uma paz duradoura, o século XXI testemunhou um contínuo incremento das instabilidades locais e globais culminando com a recente invasão russa ao território ucraniano, guerra entre Israel e Hamas, e também o contínuo crescimento síncrono, em especial econômico e militar, destacado por Mearsheimer como potencial ponto desestabilizador do equilíbrio de poder vigente global. Sob a perspectiva econômica, cita-se a fragmentação crescente do mercado e redefinição das cadeias globais de valor sob uma perspectiva geopolítica, após uma considerável expansão da globalização ocorrida na última década do século XX. Destarte, o mundo vivencia um período de transição com uma percepção contínua de aumento da instabilidade (Mearsheimer, 2014).

Infere-se que as mudanças citadas afetam diretamente os mercados de armamentos bélicos. Se, por um lado, elas levam a um aquecimento desse mercado pelo aumento da demanda por armamentos e munições, em consequência de guerras correntes, provocando um incremento dos orçamentos de defesa; por outro, induzem a um recrudescimento da competição geopolítica entre potências, reduzindo a cooperação nas tecnologias estratégicas e de defesa.

Nesse atual cenário geopolítico de transição e incertezas, a definição do interesse nacional reveste-se de maior complexidade. Diante disso, o Estado Brasileiro compreendeu a reestruturação das relações de poder entre Estados e os novos desafios do mundo moderno no Sistema Internacional, instituindo o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2020, p.15).

Segundo o LBDN, a capacidade Base Industrial de Defesa (BID) reveste-se de caráter singular pelas características do setor como: elevada regulamentação, participação de Estados como clientes e financiadores, influência de interesses geopolíticos, domínio de tecnologias sensíveis e cerceamento tecnológico, entre outras. Dessa forma, o fortalecimento da BID, conforme previsto na END, atende a múltiplos interesses nacionais como o transbordamento tecnológico para outros setores do mercado civil nacional pelo

emprego dual, redução dos gastos com importação de produtos de defesa (PRODE) e produtos estratégicos de defesa, contribuindo para o desenvolvimento nacional e fortalecimento da soberania. (BRASIL, 2020, p.15).

Nesse contexto, afirmar a necessidade de se ter uma indústria de defesa organizada, forte, inovadora e autossustentável não é um devaneio. A geração de empregos, a atração de investimentos e o aumento de exportações representam desenvolvimento e ganhos para a sociedade como um todo, além de projetar poder e atuar também na política externa brasileira. Basta olhar para países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde a valorização da economia de defesa assume um caráter essencial para as políticas públicas voltadas para esse setor (OLIVEIRA, 2023).

2.2 SOBERANIA NACIONAL E A BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

A necessidade de desenvolvimento endógeno de produtos de defesa, em razão de restrições e cerceamentos tecnológicos, bem como o entendimento a respeito de sua importância para o alcance do poderio militar necessário à garantia da soberania nacional influenciaram o processo de estabelecimento e de consolidação da BID no Brasil (AZEVEDO; RAMOS, 2022, p.120).

A soberania nacional possui relação direta com a capacidade industrial da BID. Esse conceito, segundo o Livro Branco de Defesa Nacional, busca a manutenção da intangibilidade da nação de forma ao Brasil integrar o Sistema Internacional sem sofrer constrangimentos e respeitando a autodeterminação dos povos. A capacidade de produção de material bélico compõe um elemento essencial para o exercício da soberania, pois, assim como as forças armadas, ela garante que a nação tenha condições de sustentar seu poder militar frente a uma perpetuação da situação de conflito além da pronta resposta para se defender frente a uma ameaça imediata (Brasil, 2020).

Ainda segundo o Livro Branco de Defesa Nacional, a BID é composta de empresa, públicas ou privadas, que realizam as atividades de pesquisa,

produção, manutenção e outros serviços a fins com materiais específicos conhecidos como Produtos de Defesa (PRODE) (Brasil, 2020).

2.3 POLÍTICAS DE CONTROLE DE ARMAS

As Políticas de Controle de Armas representam ações governamentais conhecidas na literatura como Políticas Públicas. Os objetivos e metas a serem atingidos por essas ações estatais derivam do poder legislativo, entretanto, por vezes podem ser motivados por grupos de interesse situados fora do aparato administrativo do Estado (Howlett; Cashore, 2020).

Esse conceito, é explorado por outros autores como Easton (1953) de forma mais concreta pelo remodelamento dos valores da sociedade por tutela autorizada por toda a sociedade ao poder político. Assim, a publicação de leis condiciona toda a sociedade em sua escala de valores, como no presente estudo o acesso à armas de fogo pela população civil.

Em estudos mais recentes da ciência política, pelo autor Thomas Dye (2017), as Políticas Públicas materializam as escolhas dos governos em agir ou deixar de agir sobre todas as temáticas. Nesse escopo, o presente trabalho se utiliza dos fundamentos acima citados, sem realizar juízo de valor quanto as partes técnicas de elaboração de leis, por entender que o objetivo da presente pesquisa se centra na existência de correlação entre as políticas do período delimitado e seus impactos geopolíticos para o Brasil (Dye, 2017).

Cabe destacar o conceito de ciclo de políticas públicas (CPP) nas ciências políticas e seus desdobramentos na formação de agendas. Esse conceito, e suas implicações, não será aprofundado na presente pesquisa pelo entendimento que não representa o foco da presente pesquisa realizar análise técnica da formulação de políticas públicas, apenas os impactos e reflexos no setor da Defesa das ações estatais domésticas de forma geral.

Dessa forma, entre as ações listadas na presente pesquisa estão os principais produtos do ordenamento jurídico brasileiro entre políticas, estratégias e leis, âmbito federal, com influência direta na BID e nos assuntos atinentes a circulação de armas e munições domésticas, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 – legislações e políticas públicas orientadas para a Defesa com influência direta na BID.

Ação	Objetivos para a BID selecionados
Política de Defesa Nacional (PDN), Decreto no 5.484/2005.	Desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.
Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), Portaria Normativa no 899/MD/2005.	Promover a competitividade e a expansão de exportações; e Melhorar a capacidade de mobilização industrial.
Estratégia Nacional de Defesa (END), Decreto no 6.703/2008.	Importações precisam levar em conta o objetivo de promover a capacitação e o domínio tecnológico nacional.
Livro Branco de Defesa Nacional, Lei Complementar no 136/2012.	Promover a reorganização da Base Industrial de Defesa, fortalecendo o ensino, pesquisa e educação neste setor; e Introduzir o Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED), visando recuperar a capacidade operacional das Forças Armadas e consolidar a aquisição de equipamentos de defesa, abarcando diversos projetos estratégicos 74 em um horizonte temporal de 20 anos (2012 a 2031).
Lei nº 12.598/2012.	Instituiu o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (Retid)
Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa (PNEI- PRODE), Decreto no 9.607/2018.	Fomentar às exportações de Prode; e Desenvolver a Base Industrial de Defesa.
Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa (PComTIC Defesa), Portaria Normativa no 61/GM-MD/2018.	Buscar a autossuficiência da cadeia produtiva; Consolidar a base industrial e tecnológica brasileira nas áreas de interesse estratégico do país.
Política de Obtenção de Produtos de Defesa (POBPRODE), Portaria Normativa no 15/MD/2018.	Contribuir para a capacitação da Base Industrial de Defesa, a fim de que esta conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa.
Política de Ciência, Tecnologia e Inovação para a Defesa (PCTID), Portaria Normativa nº 3.063/MD/2021	Aprimorar a infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação de apoio a programas e projetos de interesse da Defesa; e Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento das atividades de ciência, tecnologia e inovação de interesse da Defesa.

Política Nacional da Base Industrial de Defesa (PNBID), Decreto no 11.169/2022 ²⁴	Aumentar a competitividade e expandir exportações.
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Marques (2024).

3 METODOLOGIA

Esta seção tem como objetivo apresentar a metodologia empregada no desenvolvimento do estudo, com o intuito de abordar o problema de pesquisa proposto.

A pesquisa em questão buscou, por meio da análise de diversas fontes, responder ao problema proposto e alcançar os objetivos estabelecidos, oferecendo subsídios para conclusões e estabelecimento de correlações entre as políticas públicas de controle da circulação doméstica de armas e a BID. Seguindo a Taxonomia de Vergara (2005), utilizou-se uma abordagem bibliográfica e documental, envolvendo a investigação e análise de livros, manuais, relatórios, documentos e artigos nacionais e internacionais disponíveis ao público.

No contexto da Base Industrial de Defesa, foram examinados os impactos das políticas públicas nacionais em seu desenvolvimento. Quanto às políticas de controle de armas, buscou-se traçar uma linha do tempo para visualizar as ações estatais formalizadas durante o período em questão.

A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica e documental, abrangendo uma variedade de fontes, como livros, manuais, revistas especializadas, artigos, relatórios, documentos, teses e dissertações relacionadas ao tema do estudo.

As conclusões derivadas da revisão bibliográfica e documental possibilitaram identificar áreas de atuação potenciais que possam favorecer o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa para fortalecer a soberania nacional. Isso pode ocorrer tanto pelo domínio de detecnologias sensíveis quanto pela capacidade de produção de equipamentos bélicos básicos, ambos cruciais para a defesa nacional em situações de crise.

A fim de atingir esses propósitos, inicialmente será apresentado a posição

nacional no cenário geopolítico regional correlacionada com a capacidade de produção de armamentos nacional, com ênfase nos armamentos de porte. Essa informação servirá de base para a análise qualitativa e quantitativa dos impactos das políticas públicas na BID no período de 2002 a 2022 sobre o prisma da Defesa Nacional.

3.1 DESENHO DA PESQUISA

A cientificidade do processo da pesquisa é essencial porque fundamenta-se quanto à obtenção, processamento e validação dos dados na produção sistemática de conhecimento. Para tanto, o desenho de pesquisa indica os métodos e técnicas que serão utilizados para a correta abordagem do problema da pesquisa. Dessa forma, essa linha de raciocínio materializa o itinerário da linha do tempo desde a formulação do problema, passando pela escolha das técnicas de coleta de dados, métodos de análise, o ambiente do estudo e as prováveis inferências e contribuições do mesmo. Assim, a correta seleção da metodologia científica contribui para o melhor entendimento do trabalho em tela e sua classificação.

Nesse sentido, essa investigação adota uma abordagem mista sobre os resultados obtidos por uma análise dedutiva dos impactos das leis pátrias no controle de armas no desenvolvimento da BID, visto que ao combinar métodos quantitativos e qualitativos aprofunda-se a compreensão do cenário. Segundo Ternoski (2022) a aplicação da abordagem qualitativa às ciências sociais infere causa e efeito a contextos peculiares. Por outro lado, a pesquisa quantitativa “reduz incertezas, já que os dados fornecem as certezas, permitindo que o pesquisador saiba qual a pergunta a ser feita” (TERNOSKI; COSTA; MENON, 2022).

Quanto ao método procedimental, esta pesquisa se classifica como observacional. Segundo Vegara (1998) os métodos observacionais são amplamente utilizados nas ciências sociais pelas características de se analisar aquilo que já ocorreu. Dessa forma, na presente pesquisa será analisado o desenvolvimento da BID e sua correlação com políticas públicas pretéritas.

No que tange à natureza, esta pesquisa é de cunho prático, já que o caso brasileiro é *sui generis* dentro do contexto global. A importância geopolítica brasileira, em especial a sua relevância econômica no cenário global, enseja uma estratégia nacional de mobilização no que concerne ao controle de seu extenso território e a possibilidade de circulação de poder militar em caso de necessidade. A presente pesquisa busca ampliar o debate, podendo servir de subsídios a outros pesquisadores ao lançar luz em um aspecto específico do poder nacional.

Ao se avaliar os propósitos, este trabalho pode ser configurado como exploratório, devido a pouca pesquisa sobre as políticas públicas de controle de armas sob o enfoque da Defesa Nacional e seus reflexos, tema amplamente pesquisado da perspectiva sociológica da segurança pública. A dificuldade de correlacionar variáveis e formular hipóteses sobre o tema fundamenta-se no insipiente trabalho acadêmico da temática no escopo da soberania nacional.

Por fim, quanto ao desenho, esta pesquisa se aproxima de uma teoria fundamentada (teoria fundamentada, etnografia, narrativa, fenomenológica, do tipo investigação-ação), tendo em vista que o tipo de problema se encontra nas ciências sociais, carecendo de uma abordagem política holística que leve em consideração as perspectivas da Defesa Nacional para um cenário de transição geopolítica global que impõe novos papéis e desafios para o Brasil.

Ademais, para atingir o objetivo geral de analisar os impactos das políticas nacionais na projeção geopolítica nacional como potência regional o presente estudo seguirá a metodologia investigativa elencada. Assim, a relação entre as políticas públicas sobre controle de armas e a projeção geopolítica nacional permeiam o core desse trabalho que seguiu como base um plano investigativo que pode ser visualizado no Quadro abaixo:

QUADRO Nr 1 – Desenho da Pesquisa

PROBLEMA	OBJETIVO GERAL	OBJETIVO ESPECÍFICO	PROCEDIMENTO	INSUMO	PRODUTO
Em que medida as políticas de controle de armas afetam a projeção geopolítica nacional?	Analisar a projeção geopolítica nacional como potência regional.	Descrever o cenário geopolítico regional nacional	Pesquisa documental e bibliográfica	- Reportagens da mídia - Artigos Científicos - Pensadores geopolíticos brasileiros	Categorização nacional no cenário geopolítico regional
		Descrever a BID	Pesquisa documental e bibliográfica	- Base de dados	Capacidade produtiva de armamento em situação de crise
		Categorizar a produção de armamentos nacional	Levantamento de dados	- Base de dados	
		Descrever a evolução das Políticas de Controle de Armas nacional do século XXI	Pesquisa documental e bibliográfica	- Base de dados	Linha do Tempo
		Identificar as consequências das políticas nacionais na BID	Levantamento de dados	- Base de dados - Arcabouço Jurídico atual e passado	Gráfico da evolução da capacidade da BID
		Identificar os impactos das políticas domésticas na projeção geopolítica nacional	Análise de dados quantitativa e qualitativa	- Base de dados	Posição do Brasil no contexto global.

Fonte: elaborado pelo autor.

3.2 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

O referencial teórico do capítulo anterior foi capaz de esclarecer o cenário geopolítico global e sua presente transformação. Nesse contexto, os conceitos de soberania nacional e Base Industrial de Defesa (BID) foram delineados como bases para o presente estudo. As políticas de controle de armas em território nacional foram conceituadas e contextualizadas pela realidade político-econômica do Brasil. Assim sendo, o *core* da investigação se concentra nos impactos das políticas domésticas de controle de armas na projeção geopolítica nacional e será adotado o procedimento metodológico de análise de conteúdo.

3.2.1 Coleta de Dados

A profusão de conteúdo induz o pesquisador por realizar uma análise de conteúdo. Nesse sentido, a revisão documental representa ferramenta adequada para analisar políticas públicas por sua temporalidade pretérita e sua disponibilidade.

Quanto a coleta de dados, a presente pesquisa buscou dados em fontes abertas pelas plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo, IBGE, DATASUS e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, além de fontes estrangeiras *Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI)*, *UN Comtrade* e plataforma de indicadores de desenvolvimento do Banco Mundial.

Dentre as limitações encontradas foram a ausência de todos os dados referentes ao comércio de produtos de defesa âmbito nacional e internacional, pelo caráter estratégico que este mercado possui. As restrições de tempo da presente pesquisa para o acesso de informações dessa natureza frente ao Ministério da Defesa por meio de Lei de Acesso à informação. Além disso, outra restrição ocorre pelo caráter sigiloso que o tema possui nas cadeias globais de valor quando se trata de produtos que possuem fins bélicos em um cenário que o mundo possui duas guerras publicamente em curso e outros conflitos de menor

intensidade. Destarte, a presente pesquisa de caráter exploratório possui as limitações ora abordadas, carecendo de maior confiabilidade nas métricas de mercado.

3.2.2 Tratamento de Dados

No que tange ao processamento dos dados, este foi feito por meio de análise documental com tratamento analítico. Segundo Ternoski (2022), a complexidade crescente do contexto social incrementa a relevância da análise qualitativa na pesquisa científica.

Inicialmente a presente pesquisa busca mapear o desenvolvimento da BID no período de interesse e correlacionar com o comércio global dos produtos de defesa. Esse processo ocorre de forma simultânea a publicação de leis, políticas e normativas nacionais sobre a temática do controle e produção de armas. Portanto, avalia-se a estratégia nacional adotada e a correlação da ação, positiva ou neutra, do Estado Brasileiro para com o desenvolvimento da indústria de defesa nacional e sua posição relativa ante ao cenário global, no início e ao término do período, inferindo-se os impactos desse processo na capacidade de exercício da soberania nacional.

Desta feita, o presente estudo limitou-se a análise documental e bibliográfica, além da pesquisa em fontes abertas e instituições nacionais e supranacionais oficiais para buscar elucidar a posição relativa doméstica no cenário global e sua capacidade de exercer a soberania em situações de grave instabilidade pela utilização dos recursos nacionais na geração de força. Como limitação, por característica do assunto e sua abrangência, a presente pesquisa buscou abordar apenas os armamentos portáteis, para explorar os efeitos da limitação do debate pátrio sobre o controle de armas pela monocromática lente da segurança pública, lançando luz sobre a importância da temática da defesa nacional; pela academia, na construção de conhecimento; pela sociedade, na priorização de pautas e escolhas de políticos; e pelos políticos, na elaboração dos objetivos e estruturação das estratégias nacionais, também afetas aos funcionários de alto escalão do Estado Brasileiro.

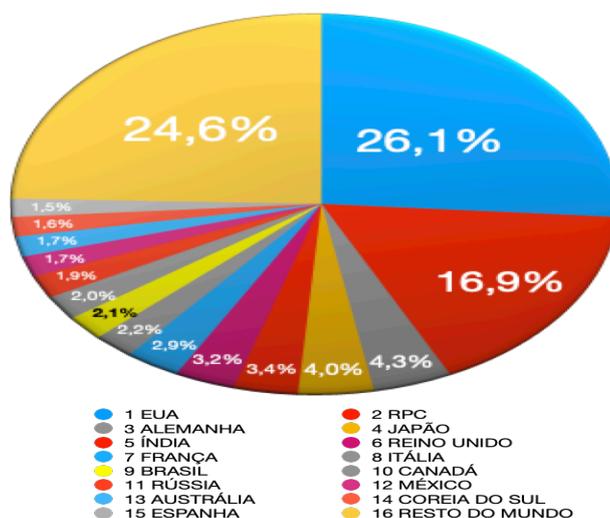
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, abordaremos a análise dos dados coletados para compreender os impactos das políticas de controle de armas na Base Industrial de Defesa (BID) e sua influência na projeção geopolítica nacional. A discussão será estruturada em torno dos seguintes eixos: cenário geopolítico, evolução da BID, políticas de controle de armas e suas implicações para a projeção geopolítica do Brasil.

4.1 INFERÊNCIAS SOBRE O CENÁRIO GEOPOLÍTICO

O cenário geopolítico do Brasil tem passado por significativas transformações desde o início do século XXI, influenciado por eventos globais como o 11 de Setembro, as Guerras ao Terror e a ascensão de novas potências como a China. A complexidade do cenário regional e global tem imposto novos desafios e oportunidades para o Brasil, principalmente no que se refere à sua posição estratégica na América do Sul e no cenário internacional.

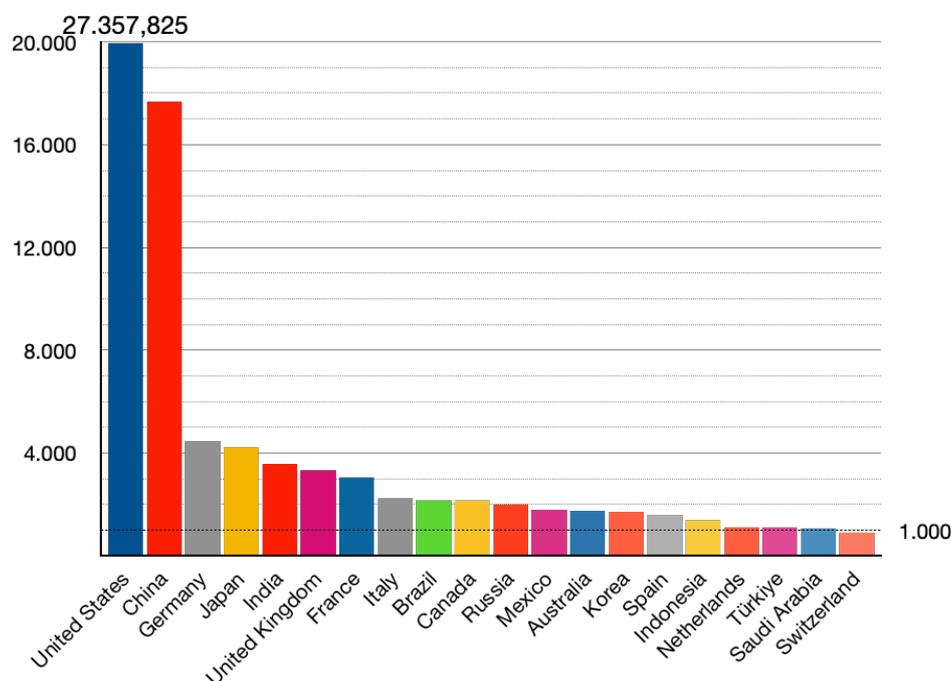
Gráfico 1 - Produto Interno Bruto 2023 por países até a 15ª economia



Fonte: elaborado pelo autor com dados do FMI, disponível em <https://www.imf.org/external>

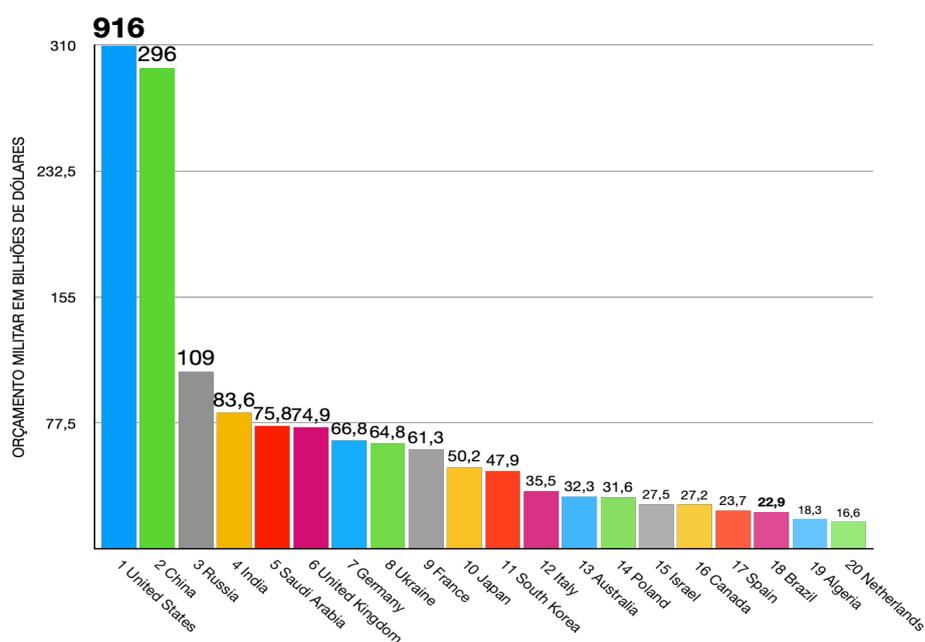
Ademais, observa-se que mais de 75% da economia global está concentrada nas 15 maiores economias do mundo e que o Brasil figura entre as 10 primeiras. Além disso, é possível constatar em valores absolutos a reduzida participação na economia global dos países a partir da 19ª posição conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto 2023 por países até a 1 Trilhão de dólares



Fonte: elaborado pelo autor com dados do FMI, disponível em <https://www.imf.org/external>.

Gráfico 3 – Orçamento em Defesa em 2023

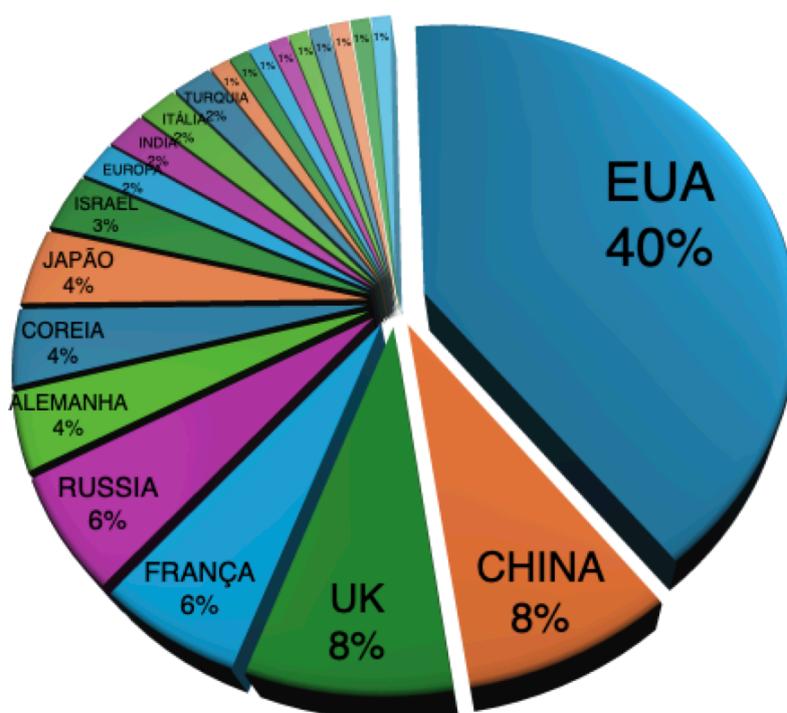


Fonte: elaborado pelo autor com dados da SIPRI Fact Sheet December 2022

A comparação entre o panorama econômico com os gastos em defesa aponta para indícios de assimetrias e falta de correlação nos dados. Infere-se que os gastos e investimentos em defesa não são apenas determinados pela economia, possuindo correlação com a percepção de ameaças de acordo com a localização geográfica dos países e seus projetos geopolíticos. Nos gráficos podemos destacar alguns países como a Polônia, 21ª maior economia do mundo com o 14º maior investimento em defesa, possivelmente pela proximidade geográfica da invasão russa na Ucrânia; a própria Federação Russa com a 11ª maior economia e o 3º maior investimento, provavelmente em consequência da invasão à Ucrânia; e o Brasil com a 9ª economia e apenas o 18º investimento em defesa.

Essa configuração do equilíbrio entre economia e investimento em defesa recebe maior complexidade quando os dados são analisados sob outras perspectivas qualitativas. No gráfico abaixo, observa-se a porcentagem absoluta da concentração das 100 maiores empresas de produtos de defesa do mundo por seus países de origem.

Gráfico 4 – 100 maiores empresas de defesa por países 2023



Fonte.: elaborado pelo autor com dados da SIPRI Fact Sheet December 2022

Embora as informações atinentes a empresas de defesa não sejam totalmente transparentes pelos países, os dados induzem a inferir uma ainda menor participação dos países menores na produção de armamento do que ocorre na economia global. Se no campo econômico os 15 maiores representavam 75% do todo, na indústria de produtos de defesa a curva encontra-se ainda mais achatada com 75% do volume concentrado nos 7 maiores produtores. Dessa forma, a análise global indica que qualitativamente e quantitativamente o Brasil não se encontra representado de forma significativa entre os produtores de produtos de defesa, seja pelo domínio de tecnologias sensíveis, seja pelo volume econômico desses materiais comercializados, não possuindo nenhuma empresa na mencionada lista das 100 maiores empresas de PRODE.

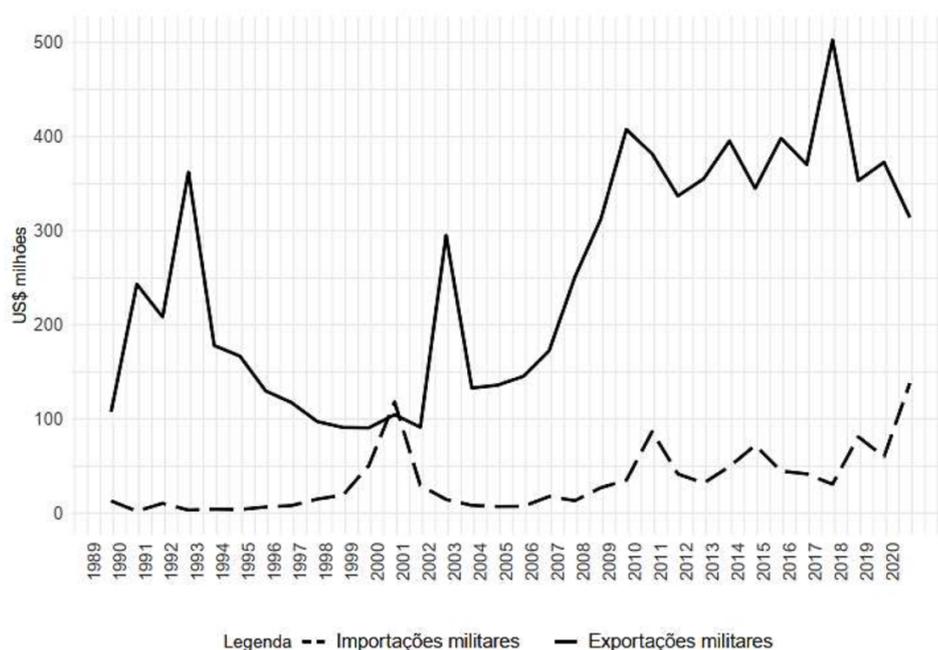
As análises dos dados revelam que, enquanto o Brasil possui uma vasta extensão territorial e uma localização estratégica com acesso ao Atlântico e fronteiras com diversas nações, seu papel geopolítico é frequentemente subestimado na esfera internacional por sua própria política doméstica. A crescente instabilidade global, evidenciada pela invasão russa à Ucrânia e pelos conflitos no Oriente Médio, tem acentuado a necessidade de uma postura de defesa mais robusta e assertiva por parte do Brasil, não com um objetivo belicoso, apenas coerente com sua estatura político econômica no âmbito global. No entanto, o país ainda enfrenta dificuldades em investir em defesa de forma eficaz a fim de possuir uma capacidade industrial instalada coerente com sua relevância geopolítica.

4.2 EVOLUÇÃO DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)

De acordo com o SIPRI, o Brasil está entre os países que apresentam um dos maiores orçamentos militares na América Latina. Em 2022, o Brasil ocupou a 18ª posição global em termos de gasto militar, com um orçamento estimado em aproximadamente 22,9 bilhões de dólares. Esse gasto reflete a importância que o Brasil atribui à sua segurança nacional e à sua posição estratégica na região (SIPRI, 2023).

A análise dos dados históricos e atuais da BID revela que, ao longo das últimas duas décadas, o setor passou por um ciclo de crescimento e estagnação. A BID, inicialmente promovida pelo governo Getúlio Vargas na década de 1930, viu um período de expansão na segunda metade do século XX, com investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento. No entanto, a partir da década de 1990, a BID enfrentou desafios substanciais devido à combinação de fatores econômicos, políticos e psicossociais. Apesar dos dados, de maneira global indicarem uma estagnação, segundo a Marques (2024), no que concerne ao comércio de armas pequenas, leves e brancas o período entre 2002 e 2020 apresenta considerável margem entre exportações e importações.

Gráfico 5 – Brasil: Transações comerciais de armas de pequenas, leves, brancas e munições, incluindo componentes e acessórios (1989-2020, valores ajustados)

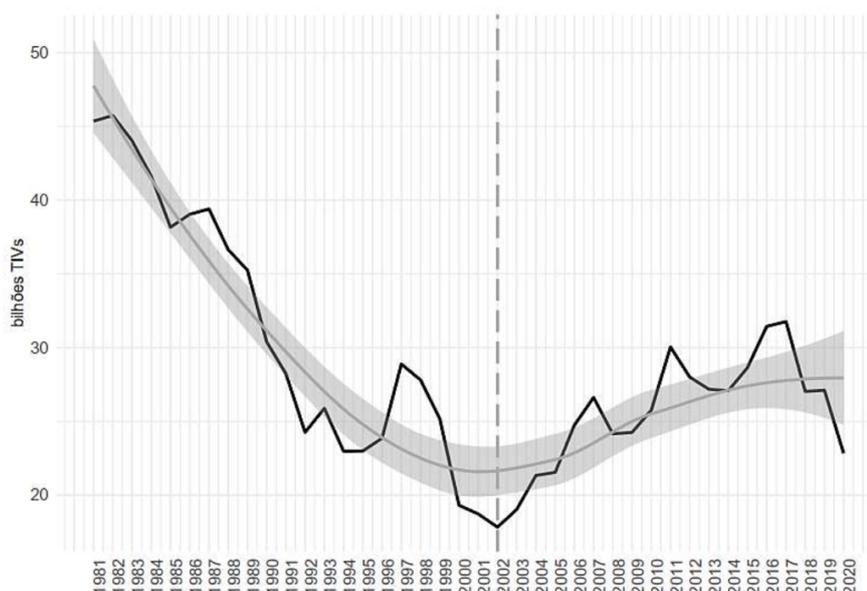


Fonte.: Marques (2024) com base nos dados do *UN Comtrade*.

As políticas de controle de armas, instituídas pela Lei nº 10.826/2003 e subsequentemente modificadas, têm exercido um impacto direto sobre a BID. O gráfico acima demonstra que no período de 2000 a 2020 as exportações de armas pela indústria nacional aumentaram consideravelmente, aproximadamente 200%, superando de forma consistente a importação dos mesmos itens em valores nominais. Ainda que os dados analisados possam ser fruto de análises qualitativas complementares, por estarem estruturados em valores financeiros e

não em produtos, esse dado permite inferência de que a capacidade industrial de defesa instalada no Brasil no período foi crescentemente mais demandada no período citado.

Gráfico 6 – Transações comerciais convencionais globais de armas (1981-2020)



Fonte: MARQUES, 2024

Observa-se que o período entre 2000 e 2020 apresentou um cenário externo de aquecimento do mercado de armas. Essa conjuntura favorável a exportação nacional de armas de fogo composto por diversos fatores exógenos como taxa de câmbio crescentemente atrativa e incremento das tensões geopolíticas no mundo.

Gráfico 7 – Exportações e Importações de Armas de fogo pelo Brasil



Fonte: autor (<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/108387>)

O gráfico das exportações e importações de produtos de defesa entre 2000 e 2023 mostra um crescimento significativo nas exportações a partir de 2009, com picos em anos específicos. Em 2023, as exportações voltaram a crescer consideravelmente, refletindo a relevância crescente da indústria de defesa brasileira no mercado internacional. Por outro lado, as importações também mostram crescimento, especialmente nos últimos anos, sugerindo que o Brasil tem buscado complementar sua produção interna com produtos estrangeiros, talvez devido à demanda crescente ou limitações na produção nacional.

Esses dados são fundamentais para a análise do impacto das políticas de controle de armas sobre a Base Industrial de Defesa (BID) brasileira. A diminuição na comercialização de armas após a implementação de legislações restritivas aponta para uma redução na demanda interna, o que pode ter impactado a capacidade de produção e inovação da BID. Além disso, o aumento nas exportações demonstra um esforço do setor para compensar a queda no mercado interno, buscando expandir sua presença internacional.

4.3 POLÍTICAS DE CONTROLE DE ARMAS

A análise das políticas de controle de armas revela uma dicotomia entre a necessidade de segurança pública e os impactos sobre a indústria de defesa. As políticas implementadas visam principalmente a redução da violência e a regulamentação do comércio de armas, refletindo uma preocupação com a segurança interna. No entanto, essas políticas podem afetar o desenvolvimento da BID, especialmente no que diz respeito à capacidade de produção e desenvolvimento de armamentos.

No período analisado as políticas públicas de controle de armas tiveram caráter ambivalente, ora regulamentando e restringindo o acesso as armas de fogo pelo cidadão comum, ora regulamentando e flexibilizando seu acesso. Essa característica gerou um efeito prático difuso e de difícil mensuração, além de ser apenas uma variável dentro de uma questão complexa e multifatorial que é a discussão sobre o direito ao acesso as armas de fogo e suas limitações coletivas.

Nesse contexto, não foi possível estabelecer uma correlação direta entre as ações governamentais de controle do comércio e registro de armas em solo pátrio com a capacidade nacional de produção de armamentos instalada. Infere-se que o impacto geopolítico da estratégia nacional adotada não afetou significativamente o parque industrial bélico de armas portáteis como o exemplo da manutenção da capacidade de produção da IMBEL e expansão da empresa Taurus no período analisado.

O Decreto nº 11.366/23, que trouxe novas regulamentações mais rígidas, exemplifica o impacto das políticas de controle sobre a indústria. A restrição ao comércio de armas e munições tem efeitos diretos na capacidade de empresas privadas de investir e expandir suas operações na área de defesa. A redução da demanda interna por armamentos, causada pela regulamentação mais severa, pode contribuir para a diminuição da capacidade produtiva da BID e afetar sua competitividade no mercado global no médio e longo prazo tendo em vista a possível inviabilidade dos mercados domésticos.

4.4 IMPLICAÇÕES PARA A PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA NACIONAL

A relação entre as políticas nacionais de controle de armas e a projeção geopolítica do Brasil é complexa. Enquanto as políticas de controle de armas visam garantir a segurança pública e reduzir a violência, elas também têm implicações para a capacidade de defesa nacional e, por conseguinte, para a projeção geopolítica do país.

A capacidade industrial de defesa é crucial para a manutenção da soberania e para o fortalecimento da posição do Brasil como uma potência regional. A restrição à produção de armamentos de uso civil pode impactar na base industrial e pode enfraquecer a capacidade do país de responder a ameaças externas e internas. A diminuição da capacidade produtiva e a limitação de investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem reduzir a capacidade do Brasil de projetar poder e influenciar as dinâmicas regionais e globais.

A análise dos dados sugere que o Brasil precisa encontrar um equilíbrio entre as necessidades de segurança pública e os requisitos para manter uma indústria

de defesa robusta. A continuidade da regulamentação rígida sem uma compensação adequada para o setor de defesa pode levar a uma redução na capacidade de defesa nacional e, por consequência, a uma diminuição da projeção geopolítica do país. Assim, o presente estudo identificou a necessidade de contínua avaliação da BID e suas capacidades de atender a mobilização nacional para manutenção das estruturas necessárias a defesa da pátria, coerente com a atual END.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados demonstram que as políticas de controle de armas tiveram um impacto marginal sobre a BID e, conseqüentemente, sobre a projeção geopolítica nacional. A regulamentação sobre o comércio de armas não afetou diretamente a capacidade produtiva da indústria de defesa que no período analisado ganhou mercados e expandiu-se de forma moderada.

Apesar disso, a presente pesquisa identificou o período analisado como uma janela de oportunidade de maior crescimento da BID tendo em vista o aquecimento do mercado internacional por produtos de defesa em geral. Esse movimento foi potencializado na atual conjuntura por fatos geradores de instabilidade como o incremento das tensões no Oriente Médio e a invasão da Rússia à Ucrânia. Dessa forma, a indústria bélica brasileira pode se beneficiar do aquecimento do mercado para alcançar o desenvolvimento coerente com a estatura geopolítica do Brasil.

Por fim, para fortalecer a projeção geopolítica do Brasil e garantir uma defesa nacional eficaz, é essencial que o país encontre um equilíbrio entre a necessidade de segurança pública e o desenvolvimento de sua base industrial de defesa. A promoção de um ambiente favorável à inovação e à produção de armamentos são cruciais para o fortalecimento da soberania nacional e para a manutenção da projeção de poder do Brasil no cenário global.

REFERÊNCIAS

ANDRADE et al. **O Fortalecimento da indústria de defesa do Brasil**. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6086> Acesso em: 10 de março de 2024.

AMARANTE, José Carlos Albanó do. **Indústria de Defesa**. 2004. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/ADN/article/view/5956/5181>>. Acesso em: 4 de maio de 2024.

AZEVEDO, Carlos Eduardo Franco; RAMOS, Carlos Eduardo De Francis. **Estudos de Defesa: inovação, estratégia e desenvolvimento industrial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022.

BATISTA, Mariana; DOMINGOS, Amanda. **Mais que boas intenções: técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, p. e329414, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 maio 2024.

_____. **Decreto Legislativo 61 de 23 de maio de 2024**. - Aprova os textos da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). 2024 .Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional-lbdn-1. Acesso em: 1 jun. 2024.

_____. **Decreto 2.222 de 8 de maio de 1997**. Regulamenta a Lei no 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, que "institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências". 1997a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2222.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 2.998, de 23 de março de 1999**. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105). 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2998.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 3.665 de 20 de novembro de 2000**. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105). 2000. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3665.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 5.123 de 1º de julho de 2004.** Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. 2004. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5123.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 6.715 de 29 de dezembro de 2008.** Altera o Decreto no 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6715.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.493 de 5 de setembro de 2018.** Aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados. 2018a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2018/Decreto/D9493.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.607, de 12 de dezembro de 2018.** Institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa. 2018b. Disponível em: < <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9607&ano=2018&ato=0b6ETRE1keZpWT014> >. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.685, de 15 de janeiro de 2019.** Altera o Decreto no 5.123, de 1º de julho de 2004, que regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes. 2019a. [Acesso em: 10 de março de 2024]. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9685.htm >. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.785 de 7 de maio de 2019.** Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. 2019b. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9785.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.797 de 21 de maio de 2019.** Altera o Decreto no 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, e o Decreto no 9.607, de 12 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Exportação e Importação de Produtos de Defesa. 2019c. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9797.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.844 de 25 de junho de 2019.** Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. 2019d. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9844.htm >. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.845 de 25 de junho de 2019.** Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro e a posse de armas de fogo e de munição. 2019e. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9845.htm >. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.846 de 25 de junho de 2019.** Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o registro, o cadastro e a aquisição de armas e de munições por caçadores, colecionadores e atiradores. 2019f. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9846.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.847 de 25 de junho de 2019.** Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. 2019g. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9847.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 9.981 de 20 de agosto de 2019.** Altera o Decreto no 9.847, de 25 de junho de 2019, que regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. 2019h. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9981.htm >. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 10.030 de 30 de setembro de 2019.** Aprova o Regulamento de Produtos Controlados. 2019i. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20192022/2019/decreto/d10030.htm >. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 11.366 de 1º de janeiro de 2023.** Suspende as atividades de registros atinentes a armas de fogo sobre a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003. 2023. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11366.htm >. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Decreto 11.615 de 21 de julho de 2023.** Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o SINARM e o SIGMA. 2023b. Disponível em: < <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=11615&ano=2023> >.

3&data=21/07/2023&ato=bf7cXUE50MZpWT3b4>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Instrução Normativa DPF 23 de 1º de setembro de 2005**. Estabelece procedimentos visando o cumprimento da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto no 5.123, de 1º de julho de 2004, concernentes à posse, ao registro, ao porte e à comercialização de armas de fogo e sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM, e dá outras providências. 2005. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=76153> >. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Lei 9.437, de 20 de fevereiro de 1997**. Institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, estabelece condições para o registro e para o porte de arma de fogo, define crimes e dá outras providências. 1997b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9437.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. 2002. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm>. Acesso em: 10 mar. de 2024.

_____. **Lei 10.826, de dezembro de 2003**. Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. 2003. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.826.htm>. Acesso em: 10 de março de 2024.

_____. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional-lbdn-1>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

_____. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**. 2024. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral/108387>>. Acesso em: 10 de março de 2024.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro; MELLO, João Manoel Pinho de. **Menos armas, menos crimes**. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2927>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

DE ARRUDA, Antonio. "**Doutrina da ESG: Principais Alterações Ocorridas nas Últimas Quatro Décadas**." Revista da Escola Superior de Guerra, nº. 12, p. 13-22, 1989.

DYE, T. **Understanding Public Policy**. New York: Pearson, 2017.

EASTON, David. **The Political System**. New York: Knopf, 1953.

FREITAS, J. M. Da Costa **A escola geopolítica brasileira**. Ed. BIBLIEx. 2004.

HALBROOK, Stephen P. **Citizens in Arms: The Swiss Experience**, Tex. Rev. L. & Politics 141, 162-74, 2003.

HOWLETT, Michael; CASHORE, Benjamin. Public policy: definitions and approaches *In*: CAPANO, Giliberto; HOWLETT, Michael. **A Modern Guide to Public Policy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2020.

LEVITT, S. D.; DUBNER, S. J. **Freakonomics Rev Ed**. [s.l.] Harper Collins, 2010.

LOTT, J. R. **More Guns, Less Crime, understanding crime and gun control laws. Third edition**. University of Chicago Press, 2013.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power politics**. New York: Norton, 2014.

MARQUES, G. R. G. **Desenvolvimento da Base Industrial de Defesa Brasileira pela Ótica das Cadeias Globais de Valor: Insumos para uma Agenda de Produtividade e Competitividade**. Tese de Doutorado — ECEME, Instituto Meira Mattos.: [s.n.].

OLIVEIRA, José Eduardo Leal de. **Base Industrial de Defesa e Segurança: uma necessidade de todo o Brasil**. Defesa em Foco, Maceió-AL, 13 jun 2023. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/base-industrial-de-defesa-e-seguranca-uma-necessidade-de-todo-o-brasil/>. Acesso em: 13 maio 2024.

SIPRI databases | SIPRI. Disponível em: <<https://www.sipri.org/databases>> Acesso em: 13 maio 2024.

TERNOSKI, S.; COSTA, Z. DA F.; MENON, R. A. **A Pesquisa Quantitativa e Qualitativa nas Ciências Sociais Aplicadas**. Ponta Grossa - PR: Atena Editora, 2022.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____, S. C. **Projetos e relatorios de pesquisa em administracao**. [s.l.] Sao Paulo: Atlas, 1998.